

## PROCURADOR MUNICIPAL

Nome do Candidato:		Nº de Inscrição:	
Assinatura:			

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- É proibido folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal.**
- Confira se este caderno de provas corresponde ao cargo (cabeçalho desta página) para o qual você se candidatou.
- Confira os dados impressos no cartão resposta. Quaisquer problemas deverão ser comunicados ao fiscal de sala, para registro em ata.
- Assine o cartão de respostas.**
- Verifique se este caderno de prova contém **50 questões**. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de cinco alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E, das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha primeiramente o rascunho do cartão de respostas da prova objetiva, que se encontra no final desta página; em seguida, passe-o a limpo, com caneta esferográfica azul ou preta. Qualquer outra cor de tinta no cartão de respostas não será aceita pela leitora ótica.
- Preencha o cartão de respostas da prova objetiva completando totalmente a opção, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta.
- Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido mais de uma opção no cartão de respostas, bem como questões cuja opção apresente rasuras no cartão de respostas.
- O cartão resposta não será substituído em hipótese alguma; portanto, evite rasuras.
- Em sala, a comunicação entre os candidatos não será permitida, sob qualquer forma ou alegação.
- Não será permitido o uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive ou de qualquer outro recurso didático, elétrico ou eletrônico, nem o uso de qualquer acessório que cubra as orelhas do candidato.
- A prova objetiva terá duração máxima de 4h**, incluído o tempo para preenchimento do cartão de respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 1 (uma) hora de seu início e poderá levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término.
- Os (3) três últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.
- As saídas para: banheiro, tomar medicamento e água, só serão permitidas acompanhadas por um fiscal.
- Os fiscais **NÃO** estão autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas.

**Boa prova!**

01		02		03		04		05		06		07		08		09		10	
11		12		13		14		15		16		17		18		19		20	
21		22		23		24		25		26		27		28		29		30	
31		32		33		34		35		36		37		38		39		40	
41		42		43		44		45		46		47		48		49		50	

---

## RASCUNHO

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**01.** Sobre a administração direta e indireta, assinale a alternativa correta:

- a) Administração indireta é o conjunto dos órgãos integrados na estrutura da chefia do Executivo e na estrutura dos órgãos auxiliares da chefia do executivo.
- b) Uma das características da Administração direta é o vínculo de subordinação-supremacia, denominado hierarquia, que liga seus órgãos.
- c) Inexiste a Administração Indireta no ordenamento jurídico brasileiro.
- d) Uma das características da Administração indireta está na generalidade de tarefas e atribuições que lhe cabem.
- e) A administração indireta é composta pelos órgãos centralizados dos entes federativos.

**02.** Leia o trecho a seguir e responda ao que segue:

*“Se a atividade estatal deve ser pautada em lei, o agente público não pode praticar atos senão para satisfazer interesses públicos, sendo vedado o uso da máquina administrativa, custeada pela res publica, para o alcance tão somente de interesses próprios ou de terceiros”.*

Este trecho diz respeito ao Princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Imoralidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Eficiência.
- e) Publicidade.

**03.** Marcelo estava em uma grande dúvida sobre as espécies de atos administrativos. Diante desta dúvida, solicitou auxílio ao seu colega Rodrigo para saber qual seria a definição dos atos classificados como punitivos. Assinale a alternativa que corresponde à definição que Rodrigo apresentará dos atos punitivos:

- a) Atos punitivos são aqueles que contêm sanção imposta pela Administração aos

servidores e particulares que se submetem à disciplina administrativa.

- b) Atos punitivos são os atos que orientam a atividade administrativa interna, dirigem-se aos servidores para esclarecer o desempenho de suas atribuições.
- c) Atos punitivos são aqueles que envolvem uma declaração de vontade do Poder Público coincidente com a pretensão do particular, que visa à concretização de negócios jurídicos.
- d) Atos punitivos são os atos que atestam uma situação existente, são atos administrativos apenas em sentido formal.
- e) Atos punitivos são aqueles que consubstanciam determinações de caráter geral para a atuação administrativa.

**04.** Sobre a concessão de serviço público, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão tem prazo máximo de dois anos fixado em lei.
- b) A concessão é feita mediante delegação que significa a transferência contratual do exercício do serviço público pelo Poder concedente.
- c) A concessão não precisa ser precedida de licitação como regra.
- d) A concessão terá prazo indeterminado.
- e) Não podem participar da licitação de concessões de serviços públicos pessoas jurídicas isoladamente ou em forma de consórcio.

**05.** Juliano estava com sua namorada Maíra, em um debate sobre as definições acerca dos Poderes da Administração. Juliano sustentava que o poder discricionário consiste na prerrogativa que a Administração tem de optar dentre duas ou mais soluções por aquela que, segundo critérios de conveniência e oportunidade, melhor atenda ao interesse público no caso concreto. Maíra sustentava que esta definição correspondia ao poder vinculado. Assinale a alternativa correta sobre a situação descrita:

- a) Ambos estão totalmente equivocados.
- b) Ambos estão corretos.
- c) Juliano não está totalmente equivocado, mas Maíra está parcialmente.

- d) Juliano está correto e Maíra totalmente equivocada.  
e) Maíra está correta e Juliano equivocado.

**06.** Julgue os itens a seguir sobre a desapropriação:

*I- A desapropriação não é autorizada pelo ordenamento jurídico brasileiro, por força do princípio da inviolabilidade da propriedade privada;*

*II- O procedimento de licitação é realizado em uma fase única denominada declaratória, na qual a Administração Pública declara o interesse público no imóvel e passa a se tornar titular da posse imediatamente;*

*III- A natureza jurídica da desapropriação é de direito público, compreende procedimento complexo, em cujas fases se observam, sucessivamente o direito constitucional, administrativo, e se houver processo judicial, também o direito processual civil;*

*IV- Desapropriação é instituto de direito público que se consubstancia em procedimento mediante o qual o Poder Público ou o delegatário, quando autorizado por lei ou contrato, visa alcançar a transferência compulsória da propriedade de outrem, fundado em declaração de necessidade de utilidade pública ou interesse social, mediante o pagamento de justa indenização.*

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I e IV estão corretos.  
b) Apenas os itens II e III estão corretos.  
c) Apenas os itens III e IV estão corretos.  
d) Apenas os itens I e III estão corretos.  
e) Apenas os itens I e II estão corretos.

**07.** Quando o Poder Público se depara com uma situação de necessidade pública, inadiável e urgente, em tempos de guerra ou de perigo público iminente, ele necessita de um instituto que autorize a utilização de bens e serviços particulares para o atendimento das necessidades coletivas prementes. O ato administrativo unilateral, auto executório e oneroso, criado para atender a essa situação extraordinária, que permite a utilização coativa de bens e serviços particulares se chama:

- a) Servidão administrativa.  
b) Desapropriação por zona.  
c) Desapropriação sanção.  
d) Requisição administrativa.  
e) Direito de passagem.

**08.** A Lei nº 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Para efeitos da referida Lei, assinale a alternativa incorreta em relação ao cargo público:

- a) Os cargos públicos são criados por lei com denominação própria.  
b) Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.  
c) É permitida, como regra a prestação de serviços gratuitos.  
d) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.  
e) Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros.

**09.** Sobre a nomeação, assinale a alternativa correta com base na Lei nº 8.112/1990:

- a) O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.  
b) Inexiste a figura da nomeação no ordenamento jurídico brasileiro.  
c) A nomeação nunca será feita em caráter efetivo quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.  
d) Não é permitida a figura da nomeação em comissão no ordenamento jurídico brasileiro.  
e) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo independe de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

**10.** Para efeitos da Lei nº 8112/1990, é certo dizer que ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores, exceto:

- a) Assiduidade.
- b) Responsabilidade.
- c) Indisciplina.
- d) Produtividade.
- e) Capacidade de iniciativa.

**11.** Leia o trecho a seguir e assinale ao que segue:

“A \_\_\_\_\_ (1) recai sobre atos legítimos; por isso, seus efeitos são *ex nunc*, isto é, daqui em diante; já a \_\_\_\_\_ (2), que atinge ato viciado, tem efeitos retroativos (*ex tunc*) e deles não se originam direitos, ressalvando-se certos efeitos em relação a terceiros de boa-fé.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

- a) (1) Caducidade; (2) anulação.
- b) (1) Anulação; (2) revogação.
- c) (1) Caducidade; (2) revogação.
- d) (1) Desfazimento; (2) caducidade.
- e) (1) Revogação; (2) anulação.

**12.** Sobre a licitação, julgue os itens a seguir e assinale ao que segue:

I- *Licitação é o procedimento administrativo pelo qual um ente seleciona a proposta mais vantajosa entre as oferecidas para a celebração de contrato de seu interesse;*

II- *A licitação possui natureza jurídica de procedimento administrativo formal, trata-se de um encadeamento de atos lógicos e cronologicamente ordenados, como, por exemplo, o edital ou a carta-convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a homologação, que visam a prática do ato final que é denominado adjudicação;*

III- *O procedimento da licitação não é formal;*

IV- *A licitação não visa selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.*

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e IV estão corretos.

**13.** Em relação ao controle da administração, leia o trecho a seguir e assinale ao que segue:

“Quando o administrado se sente lesado por ato da Administração, ele pode utilizar os \_\_\_\_\_ para que o Poder Público reexamine o ato. Os \_\_\_\_\_ fundamentam-se no direito de petição e no contraditório e na ampla defesa, que são garantidos na Constituição Federal.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente as duas lacunas do texto:

- a) Recursos tributários.
- b) Recursos financeiros.
- c) Recursos civis.
- d) Recursos penais.
- e) Recursos administrativos.

**14.** A Constituição Federal de 1988 estabelece que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Diogo e Gabriella, dois colegas do curso de Direito da Universidade XPTO estavam em tarde de estudos sobre o controle externo, quando Diogo perguntou para Gabriella sobre a competência para fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo. Gabriella respondeu que tal tarefa era de competência do Ministério Público e não do Tribunal de Contas da União, enquanto Diogo argumentou que acreditava se tratar de competência do Tribunal de Contas da União. De acordo com as regras sobre controle externo previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Diogo está correto.
- b) Gabriella não está correta, mas Diogo está parcialmente equivocado.
- c) Gabriella está correta.
- d) Ambos estão totalmente equivocados.

e) Ambos estão corretos.

**15.** Juliana estava em uma grande dúvida sobre a possibilidade ou não de se estabelecer margem de preferência nos processos de licitação para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Para sanar sua dúvida, Juliana perguntou ao professor Carlos que prontamente lhe informou que de acordo com a Lei nº 8666/1993:

- a) Pode, mas não deve ser estabelecida margem de preferência nos processos de licitação para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- b) Não pode ser estabelecida margem de preferência nos processos de licitação para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- c) Pode ser estabelecida margem de preferência nos processos de licitação para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- d) Deve ser estabelecida margem de preferência nos processos de licitação para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

e) Pode ser estabelecida margem de preferência nos processos de licitação para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, mas não para reabilitado da Previdência Social, mesmo que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

**16.** Daniel e Juan, estudantes do curso de Direito da Universidade XPTO, estavam em grande debate sobre os princípios fundamentais previstos na Constituição Federal. Daniel sustentava que os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, enquanto Juan sustentava que são na verdade, princípios que regem as relações internacionais da República. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a situação descrita:

- a) Daniel está correto.
- b) Juan está correto.
- c) Ambos estão corretos.
- d) Ambos estão equivocados.
- e) Ambos estão parcialmente corretos e parcialmente equivocados.

**17.** Assinale a alternativa correta, com relação aos direitos e garantias fundamentais com base na Constituição Federal:

- a) A propriedade não precisa atender a função social.
- b) O direito de herança não é garantido pela Constituição Federal.
- c) Não é plena a liberdade de associação para fins lícitos, permitida a de caráter paramilitar.
- d) Não é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- e) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

**18.** Leia o trecho a seguir e responda ao que segue:

*“Conceder-se-á \_\_\_\_\_ (1) para proteger direito líquido e certo, não amparado por \_\_\_\_\_ (2) ou \_\_\_\_\_ (3), quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.”*

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto:

- a) (1) direito de petição; (2) mandado de segurança; (3) habeas data.
- b) (1) mandado de segurança; (2) habeas corpus; (3) habeas data.
- c) (1) habeas corpus; (2) mandado de segurança; (3) habeas data.
- d) (1) habeas data; (2) habeas corpus; (3) habeas data.
- e) (1) habeas data; (2) habeas corpus; (3) mandado de segurança.

**19.** Dentre os direitos sociais previstos na Constituição Federal, há que se destacar o direito de licença conferido à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário. É certo dizer, que de acordo com a Constituição Federal, este direito prevê a licença de:

- a) Noventa dias.
- b) Cento e cinquenta dias.
- c) Cento e vinte dias.
- d) Sessenta dias.
- e) Quarenta e cinco dias.

**20.** Leia o trecho a seguir, extraído da Constituição Federal e assinale ao que segue:

*“Os Estados \_\_\_\_\_ para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.”*

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto:

- a) Podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se.

- b) Não podem incorporar-se entre si, mas podem se subdividir ou se desmembrarem.
- c) Devem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se.
- d) Podem incorporar-se entre si, mas não podem se subdividir ou desmembrarem.
- e) Não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se.

**21.** José Carlos, estudante do curso de Direito da Universidade X estava em uma manhã de estudos para a prova de Direito Constitucional. Durante os estudos, ficou em dúvida sobre a competência privativa da União para legislar sobre determinados assuntos. A sua grande dúvida era em relação à competência para legislar sobre comércio exterior e interestadual. Para sanar a dúvida, José Carlos consultou a Constituição Federal e concluiu que:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre comércio exterior e interestadual.
- b) Compete privativamente aos Estados legislar sobre comércio exterior e interestadual.
- c) Compete privativamente aos Municípios legislar sobre comércio exterior e interestadual.
- d) Compete privativamente ao Distrito Federal legislar sobre comércio exterior e interestadual.
- e) Compete à União em concorrência com os Estados, legislar sobre comércio exterior e interestadual.

**22.** Assinale (V) verdadeiro ou (F) falso nas seguintes assertivas sobre o Poder Legislativo:

- (\_\_\_)- Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos;
- (\_\_\_)- A representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços;
- (\_\_\_)- O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- (\_\_\_)- A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal;

(\_\_\_)- *Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.*

- a) V-V-V-F-V.
- b) V-F-V-F-V.
- c) F-V-F-V-V.
- d) V-F-V-V-V.
- e) F-F-F-V-F

**23.** Assinale a alternativa incorreta sobre a emenda à Constituição, com base nas regras constitucionais:

- a) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.
- b) Poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos poderes.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- e) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

**24.** Julgue os itens a seguir com base na Constituição Federal, sobre o Poder Executivo, especificamente sobre o Presidente e o Vice-Presidente da República:

*I- A eleição do Presidente da República não importará a do Vice-Presidente com ele registrado;*

*II- Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago;*

*III- Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria simples de votos, computados os em branco e os nulos;*

*IV- Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao*

*exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.*

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

**25.** Luca e Marianna são irmãos e vivem em discussões por temas centrais da política e do Direito. Como ambos são formados em Direito, nunca admitem estar errados em nenhum assunto. Certo dia, em debate sobre as disposições constitucionais sobre o Poder Judiciário, Luca alegou que os juízes gozam das garantias de vitaliciedade no cargo; inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio. Marianna argumentou que seu irmão estava equivocado, porque as garantias seriam vitaliciedade no cargo; inamovibilidade e redutibilidade de subsídio. Assinale a alternativa correta sobre a situação descrita:

- a) Luca está correto e Marianna totalmente equivocada.
- b) Marianna está correta e Luca totalmente equivocada.
- c) Ambos estão totalmente equivocados.
- d) Ambos estão totalmente corretos.
- e) Luca está parcialmente equivocado e Marianna parcialmente correta.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**26.** Com base nas normas fundamentais do processo civil, julgue os itens a seguir e assinale ao que segue:

*I- As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa;*

*II- Aquele que de qualquer forma participa do processo não deve comportar-se de acordo com a boa-fé;*

*III- Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade*



da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência;

IV- A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial;

V- É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens II, IV e V estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens III, IV e V estão corretos.
- e) Apenas os itens II, III e V estão corretos.

**27.** De acordo com o Código de Processo Civil, pode-se dizer que a admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas é uma hipótese de:

- a) Suspensão do processo.
- b) Extinção do processo.
- c) Remissão do processo.
- d) Exclusão do processo.
- e) Anistia do processo.

**28.** Leia o trecho a seguir e responda ao que segue:

“Art. 322. O pedido deve ser certo.

§ 1º Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.

§ 2º A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.

Art. 323. Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em \_\_\_\_\_, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto:

- a) Presunção de pagamento.
- b) Sentido estrito.
- c) Prestações únicas.
- d) Contratações diferidas.
- e) Prestações sucessivas.

**29.** Leia o trecho a seguir e assinale ao que segue com base no Código de Processo Civil:

“Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de \_\_\_\_\_(1) devendo ser citado o réu com pelo menos \_\_\_\_\_(2) de antecedência.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto:

- a) (1) 20 (vinte) dias; (2) 30 (trinta) dias.
- b) (1) 45 (quarenta e cinco) dias; (2) 30 (trinta) dias.
- c) (1) 60 (sessenta) dias; (2) 20 (vinte) dias.
- d) (1) 40 (quarenta) dias; (2) 20 (vinte) dias.
- e) (1) 30 (trinta) dias; (2) 20 (vinte) dias.

**30.** Sobre a reconvenção, julgue os itens a seguir de acordo com o Código de Processo Civil:

I- Não é lícito ao réu propor reconvenção na contestação para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa;

II- A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro;

III- Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias corridos;

IV- A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro;

V- O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens II, IV e V estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

- d) Apenas os itens I, IV e V estão corretos.
- e) Apenas os itens I, II e V estão corretos.

**31.** De acordo com o Código de Processo Civil, quando o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes, o juiz:

- a) Ordenará que as partes se manifestem.
- b) Não resolverá o mérito.
- c) Resolverá o mérito.
- d) Determinará a procedência do pedido.
- e) Determinará a improcedência do pedido.

**32.** Leia o trecho a seguir, extraído do Código de Processo Civil e assinale ao que segue:

*“Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de \_\_\_\_\_ e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir:*

*I- Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;*

*II- Ilegitimidade de parte;*

*III- Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;*

*IV- Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;*

*V- Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;*

*VI- Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.”*

Assinale a alternativa que preenche a lacuna do texto:

- a) 15 (quinze) dias.
- b) 20 (vinte) dias.
- c) 10 (dez) dias.
- d) 25 (vinte e cinco) dias.
- e) 30 (trinta) dias

**33.** João Paulo, estudante do curso de Direito da Universidade XPTO, estava em uma grande discussão com seu colega João Felipe sobre o cumprimento de sentença para efeitos do Código de Processo Civil. Durante a discussão o debate girava em torno da ideia de João Paulo que sustentava que no cumprimento de sentença que

reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. João Felipe, argumentava que João Paulo estava equivocado pois o juiz somente poderia determinar tais medidas a requerimento das partes e nunca de ofício. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) João Paulo está equivocado, mas João Felipe não está totalmente correto.
- b) João Paulo está correto.
- c) Ambos estão totalmente equivocados.
- d) Ambos estão corretos.
- e) João Felipe está correto.

**34.** Sobre os recursos no processo civil, assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso nas assertivas abaixo:

(\_\_)- Os recursos impedem a eficácia da decisão, como regra;

(\_\_)- O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica;

(\_\_)- O recorrente nunca poderá, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso;

(\_\_)- O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão;

(\_\_)- O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

Assinale a alternativa que corresponde à sequência correta das assertivas assinaladas em verdadeiro (V) ou falso (F) anteriormente:

- a) V-V-V-F-V.
- b) V-F-V-F-V.
- c) F-V-F-V-V.
- d) V-V-F-V-V.
- e) F-F-F-V-F.

**35.** Leia o trecho a seguir e assinale ao que segue:  
“*Contra decisão proferida pelo relator caberá \_\_\_\_\_ para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.*”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto:

- a) Embargos de declaração.
- b) Recurso especial.
- c) Recurso ordinário.
- d) Agravo interno
- e) Agravo de instrumento.

### DIREITO CIVIL

**36.** Rodrigo Carlos e Marianna estavam em um grande debate sobre o que aconteceria para o Código Civil, se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros. Rodrigo Carlos sustentava que se determinaria que o primeiro falecido seria aquele que fosse mais idoso, enquanto Marianna sustentava que seria presumida a morte simultânea. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Rodrigo Carlos está totalmente equivocado, mas Marianna não tem razão.
- b) Rodrigo Carlos tem razão.
- c) Marianna tem razão.
- d) Ambos têm razão.
- e) Marianna não tem razão, mas Rodrigo Carlos está parcialmente equivocado.

**37.** Leia o trecho a seguir e assinale ao que segue:  
“*A incapacidade relativa de uma das partes \_\_\_\_\_ ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.*”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto:

- a) Não deve, mas pode.
- b) Pode, mas não deve.
- c) Deve.
- d) Não pode.
- e) Pode.

**38.** Sobre as obrigações, assinale a alternativa incorreta com base no Código Civil:

- a) A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- b) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- c) Praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, o credor não pode exigir dele que o desfaga.
- d) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- e) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.

**39.** Em relação à aquisição da propriedade móvel, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Civil:

- a) Se a posse da coisa móvel se prolongar por três anos, produzirá usucapião, independentemente de título ou boa-fé.
- b) Quem se assenhorear de coisa sem dono para não adquire a propriedade.
- c) A propriedade das coisas se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição.
- d) O depósito antigo de coisas preciosas, oculto e de cujo dono não haja memória, será dividido por igual entre o proprietário do prédio e o que achar o tesouro casualmente.
- e) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante dois anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

**40.** Com base no Código Civil, leia o trecho a seguir e assinale ao que segue:

“*Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo \_\_\_\_\_(1) quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; \_\_\_\_\_(2) a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.*”

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas acima:

- a) (1) Ocorrerá; (2) e subsiste.
- b) (1) Ocorrerá; (2) e não subsiste.
- c) (1) Não ocorrerá; (2) e subsiste.
- d) (1) Não ocorrerá; (2) e não subsiste.
- e) (1) Nunca ocorrerá; (2) e poderá subsistir, mas não é regra.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

**41.** Irineu e Beatriz, dois estudantes do curso de Direito da Universidade Kappa Gama, estavam em acalorada discussão sobre o tema do Direito Tributário. Irineu sustentava que tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Beatriz, por outro lado, sustentava que tributo é toda prestação pecuniária não compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Beatriz está correta.
- b) Ambos estão corretos.
- c) Ambos estão totalmente equivocados.
- d) Beatriz está equivocada, mas Irineu não está correto totalmente.
- e) Irineu está correto.

**42.** Roberto e João Tavares, estavam estudando sobre a natureza jurídica específica do tributo. Surgiu-lhes uma dúvida acerca da natureza jurídica, motivo pelo qual, prontamente buscaram sanar a dúvida com o professor André, que prontamente lhes ensinou que é:

- a) Determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: a denominação e demais características formais adotadas pela lei; e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- b) Determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevantes para qualificá-la: a denominação e demais características formais adotadas pela lei; e

a destinação legal do produto da sua arrecadação.

- c) Determinada pela denominação e demais características formais adotadas pela lei; e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- d) Determinada pela destinação legal do produto da sua arrecadação.
- e) Determinada pela denominação e demais características formais adotadas pela lei.

**43.** Rogério Carlos, estudante do curso de Direito do 3º semestre da Universidade Alpha estava em grande dúvida sobre as espécies tributárias previstas no Código Tributário Nacional. Para sanar sua dúvida, resolveu buscar as informações na própria Lei. Após a pesquisa descobriu que no Código Tributário Nacional, os tributos são:

- a) Impostos, empréstimos compulsórios e taxas.
- b) Impostos, taxas, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.
- c) Taxas, empréstimos compulsórios e impostos sobre grandes fortunas.
- d) Impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- e) Taxas, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.

**44.** O Código Tributário Nacional estabelece que imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. De acordo com o Código Tributário Nacional, a competência para instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente, os atribuídos a estes; é:

- a) Dos Estados.
- b) Do Distrito Federal.
- c) Da União.
- d) Dos Municípios.
- e) Dos Bairros.

**45.** O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional. Em relação ao Imposto sobre a Importação, assinale a alternativa correta:

- a) O importador ou quem a lei equiparar não é considerado contribuinte do imposto
- b) Quando se trate de produto apreendido ou abandonado, não incidirá imposto sobre a importação.
- c) Quando a alíquota seja específica, a base de cálculo do imposto nunca será a unidade de medida adotada pela lei tributária.
- d) O arrematante de produtos apreendidos ou abandonados nunca poderá ser considerado como contribuinte do imposto.
- e) O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

**46.** O Código Tributário Nacional estabelece que as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. De acordo com o referido dispositivo legal, leia o trecho a seguir e assinale ao que segue:

*“Considera-se \_\_\_\_\_ atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”*

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto:

- a) Poder de polícia.
- b) Poder hierárquico.
- c) Poder regulamentar.
- d) Poder discricionário.
- e) Poder vinculado.

**47.** O Código Tributário Nacional estabelece que a contribuição de melhoria cobrada pela União,

pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. De acordo com o referido dispositivo legal, são requisitos mínimos da lei relativa à contribuição de melhoria, exceto:

- a) Publicação prévia do memorial descritivo do projeto.
- b) Publicação prévia do orçamento de custo da obra.
- c) Publicação prévia da delimitação da zona beneficiada.
- d) Publicação prévia da determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.
- e) Publicação prévia do superfaturamento da obra.

**48.** Leia o trecho a seguir e assinale ao que segue:

*“Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, \_\_\_\_\_ compreendidos ou não entre os referidos nesta Lei, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.”*

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto:

- a) Impostos normais.
- b) Impostos ordinários.
- c) Impostos extremos.
- d) Impostos incomuns.
- e) Impostos extraordinários.

**49.** Leia o trecho a seguir e responda ao que segue:

*“Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.”*

O trecho se refere a uma possibilidade de alteração da alíquota ou bases de cálculo de um

imposto previsto no Código Tributário Nacional. Assinale a alternativa que corresponde a este imposto:

- a) Imposto sobre a renda.
- b) Imposto sobre propriedade.
- c) Imposto sobre doações.
- d) Imposto sobre serviços.
- e) Imposto sobre a Importação.

**50.** João Victor e Rafael, colegas de classe no curso de Direito da Universidade Kappa Gama Beta, estavam em uma análise sobre os impostos sobre os produtos industrializados. Durante a análise, João Victor disse para Rafael que o imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos e não-cumulativo, dispendo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados. Rafael argumentou e disse que na verdade este imposto seria cumulativo, e que João Victor estaria equivocado. Assinale a alternativa correta com base no Código Tributário Nacional:

- a) Ambos estão totalmente corretos.
- b) João Victor está totalmente correto.
- c) Ambos estão totalmente equivocados.
- d) Rafael está totalmente equivocado, mas João Victor não está correto.
- e) Rafael está totalmente correto.

## PROVA DISCURSIVA

1. Cada questão da Prova Discursiva deverá ser respondida em no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 40 (quarenta) linhas.
2. Identifique-se apenas na capa da prova.
3. A Folha de Resposta da Prova Discursiva não poderá ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato, sob pena de ser anulada.
4. O candidato não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta para auxílio na elaboração da dissertação.
5. A Prova Discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente.
6. A Folha de Resposta Definitiva será o único documento válido para a correção da prova.
7. Em hipótese alguma haverá substituição do Caderno de Prova e da Folha de Resposta por erro do candidato. A folha para rascunho é de preenchimento facultativo e não será avaliada.
8. Os fiscais NÃO estão autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
9. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas.
10. A Folha de Respostas Definitivas conterà um cartão numerado e destacável. Este cartão numerado será destacado pelo fiscal e entregue ao candidato.
11. A não devolução pelo candidato da Folha de Resposta Definitiva ao fiscal acarretará a eliminação sumária do candidato ao concurso.

## PEÇA PROFISSIONAL

A Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã, após fiscalização autuou o Munícipe *Fulanno de Tal*, por ter iniciado a construção de um salão comercial em área de preservação ambiental permanente, na qual estava na fase de colocação da laje.

No auto de infração entregue em 30/06/2019 determinou-se a demolição do salão dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento.

Decorrido o prazo estipulado pela Prefeitura, em nova fiscalização verificou-se que o Munícipe *Fulanno de Tal* continuou com a construção, encontrando-se esta em fase final de acabamento.

Como Procurador do Município apresente a medida cabível ao caso.



## RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	